

Padrões discursivos sobre corrupção

Discursive patterns on corruption

Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros^a; Luiz Romeu de Freitas Júnior^a

^a Universidade Federal de Uberlândia

Palavras-chave

Gestor Público.
Regionalidade.
Corrupção.

Keywords

Public Manager.
Regionality.
Corruption.

Informações do Artigo

Recebido: 29 de novembro de 2018
Aceito: 24 de maio de 2019
Publicado: 31 de maio de 2019

Resumo

A subjetividade e a percepção que levam à interpretação de atos de corrupção são pouco considerados nos estudos nacionais sobre o fenômeno. O objetivo desta pesquisa é explorar as interpretações de gestores públicos federais e estaduais sobre 'corrupção' para identificar possíveis de padrões regionais. Foram realizadas vinte entrevistas com gestores atuantes na gestão federal e estadual de Saúde e Educação no estado de Minas Gerais, lotados no município de Uberlândia. A partir de análise de conteúdo, foram levantados três padrões distintos na fala dos gestores públicos entrevistados: o coronelismo/mandonismo, o patrimonialismo, e o clientelismo. As evidências encontradas nas falas dos entrevistados indicam que potencialmente a formação cultural da região de Uberlândia pode contribuir para a perpetuação da corrupção.

Abstract

The subjectivity and perception that bring the interpretation of corruption behavior are under investigated by the accounting and management literature on such a phenomenon. The objective of this research is to explore the interpretations about 'corruption' by federal and state public civil servants, enrolled in manager positions, to identify patterns of regionality. Twenty interviews were conducted with managers from the state and federal departments and agencies on Health and Education in Minas Gerais State, all of them located at Uberlândia city. Based on the Content Analysis, four different patterns were raised in the interviewed managers' speech: paternalism, patrimonialism, elitism and coronelism. Our evidences from the interviewees' speech indicates that the cultural formation of Uberlândia area may contribute to the perpetuation of corruption.

Implicações práticas

Os formuladores de políticas públicas podem usar o entendimento compartilhado em uma organização do setor público sobre o que é um comportamento associado à corrupção para elucidar padrões desejáveis de comportamento. Isso seria feito por esclarecimento dos limites entre o público e o privado, e por alteração na governança para evitar a concentração de poder na tomada de decisões.

Copyright © 2019 FEA-RP/USP. Todos os direitos reservados

1 INTRODUÇÃO

Escândalos de corrupção ganharam notoriedade na mídia, desde a década de 2000. Esses têm ocorrido de forma constante, como o escândalo do Mensalão (2005-2006) e, mais recentemente, as ocorrências de corrupção provenientes dos casos exemplificados pelas operações do Ministério Público Federal, Lava-Jato e Zelotes. Os problemas relacionados com a corrupção, independentemente se a esfera é pública ou privada, tendem a estar ligados às ações humanas e podem ser analisados sob diversos pontos de vista, o que promove a variedade de entendimentos dos níveis de aceitação da corrupção, conforme a gradação menor ou maior em determinadas culturas (Torsello & Vernard, 2015). A corrupção é ainda percebida de diferentes formas pelos indivíduos, envolvendo subjetividades individuais profundas e sentimentos intensos (Brei, 1996).

Autor Correspondente: Tel. (34) 3239-4800

E-mail: cintia@ufu.br (C. R. de O. Medeiros); luiz.junior@ifg.edu.br (L. R. de Freitas Júnior)

Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1F - Santa Mônica, Uberlândia/MG - 38400902, Brasil.

Muitos trabalhos acadêmicos na literatura nacional (Boroni & Grisi, 2009; Santos; Guevara & Amorim, 2013; Melo; Sampaio & Oliveira, 2015) partem de uma perspectiva quantitativa para analisar o fenômeno. Na literatura dos estudos organizacionais no Brasil, há uma lacuna em relação a estudos que envolvam a interpretação da corrupção por gestores públicos atuantes em nosso país. A compreensão da corrupção como um fenômeno organizacional é necessária, mas o avanço além dos estudos gerenciais, adentrando nos contextos sociológicos, também é necessário para obtermos um entendimento a partir de uma nova perspectiva das interpretações individuais dos gestores públicos.

Com base na perspectiva de que nos estudos organizacionais, existe uma lacuna na produção científica que se comprometa em conhecer a corrupção a partir da interpretação dos discursos dos gestores, esta pesquisa ainda considera a existência de uma influência cultural, a qual deve também estar associada com a região, o que chamamos aqui de regionalidade, ou seja, a “dimensão espacial de um determinado fenômeno tomada como objeto de observação” (Pozenato, 2001, p. 587). Essa regionalidade seria a expressão cultural local, as relações sociais que contêm e acumulam traços culturais que acabam perpetuando valores, influenciando gerações futuras em uma região. Assim, o problema de pesquisa em questão é: Quais são os padrões de discurso de gestores públicos regionais em relação à prática da corrupção? Para isso, exploramos as interpretações de gestores públicos distantes da capital federal ou estadual acerca da corrupção visando à identificação de padrões de regionalidade.

O corpus de pesquisa são os gestores atuantes na gestão federal e estadual de Saúde e Educação em Minas Gerais, lotados no município de Uberlândia. Conforme o relatório do Mapa da Corrupção no Brasil (MPF, 2017), as áreas de Saúde e Educação são as que apresentam a maior incidência de casos de corrupção no estado de Minas Gerais. Nossa pesquisa propõe a análise da corrupção enquanto um fenômeno histórico-cultural, buscando contribuir para a sua compreensão a partir das interpretações das pessoas entrevistadas, bem como entender uma possível relação dessa interpretação os padrões de regionalidade identificados pelos entrevistados com a manutenção da corrupção.

2 REVISÃO TEÓRICA: CORRUPÇÃO E ELEMENTOS CULTURAIS

Embora não haja consenso sobre a associação entre cultura e corrupção, alguns estudos consideram a cultura como uma das influências (Fisman & Miguel, 2007; Connelly & Ones, 2008; Barr & Serra, 2010). Para Connelly e Ones (2008), a cultura e os estabelecimentos culturais podem fomentar atos corruptos. Os autores fazem essa afirmação com base nos estudos de Hofstede (1980), para quem a cultura é uma roteirização coletiva da mente, assim, a aceitação ou a rejeição a esse fenômeno podem estar a ela condicionadas.

A partir de métricas de Hofstede (1997), Husted (1999) testou a relação da cultura com a corrupção. O autor confirmou três delas: a distância de poder, que, quando alta, remete à tolerância de práticas corruptas por uma população; a masculinidade, que leva à busca do sucesso material em primeiro lugar, havendo maior tolerância na percepção de questões éticas em práticas comerciais, abrindo, assim, caminho para a corrupção; e a redução da incerteza, que garante um resultado certo em um cenário de incertezas com indivíduos dispostos a pagar subornos para que esse cenário se transforme.

Além de ser vista como uma das causas da corrupção, a própria corrupção por ter ou ser uma cultura (Barr & Serra, 2010). Quando as normas anticorrupção são absorvidas pela sociedade, provavelmente, haverá maior dificuldade para vencer as motivações que levam ao envolvimento com a corrupção. Indivíduos que crescem em sociedades nas quais há maior predominância da corrupção, provavelmente, aceitarão com maior facilidade (Barr & Serra, 2010). Por exemplo, Fisman e Miguel (2007) descobriram que a infração às leis está fortemente relacionada aos níveis de corrupção existentes no país de origem do indivíduo. No período de 1997 a 2005, a pesquisa mostrou que diplomatas de 146 países diferentes, infringiram as leis que regulam o estacionamento na cidade de Nova Iorque.

Também buscando entender a relação entre a cultura e a corrupção, Barr e Serra (2010) pesquisaram o comportamento de estudantes da graduação e pós-graduação frente à ação corrupta e a sua relação com os níveis de corrupção dos países de origem dos indivíduos. Os autores obtiveram resultados indicativos de que, com os primeiros, há uma relação entre os níveis de corrupção do país de origem e sua tendência em agir de forma corrupta, o que não ocorreu ao pesquisarem estudantes de pós-graduação.

Barr e Serra (2010) observam ainda que na relação país de origem x atitude corrupta, as conclusões do estudo de Fisman e Miguel (2007), que foi realizado com diplomatas e concluiu que a ação corrupta tem relação direta com os níveis de corrupção do país de origem, devem ser consideradas de forma parcial, pois, para eles, a corrupção é um fenômeno cultural em partes, não podendo haver uma antecipação das ações dos indivíduos tendo como base seus países de origem.

2.1 Traços culturais nacionais e relações políticas

Em nosso estudo, admitimos uma postura na qual a ação corrupta dos indivíduos não se justifica pela cultura, entretanto, entendemos que é necessária uma contextualização histórica da corrupção no país, como uma forma de auxílio à compreensão da construção do discurso que associa a corrupção com a cultura. No cenário do Brasil colonial, a corrupção se desdobrou de forma natural, pois não havia um sistema jurídico ordenado, nem mesmo a dicotomia entre o público e o privado. O que se notava era a formação da figura do soberano como o equilíbrio de poderes dos grupos sociais que conviviam (Figueiredo, 2012). Esse é o denominado caráter patrimonialista, que remete à formação histórica de Portugal e está conectado de forma consequente com a formação histórica do Brasil (Faoro, 2001).

Com o surgimento de um quadro administrativo é que a dominação, antes caracterizada como patriarcal, tende a se tornar **patrimonialista** (Portela Júnior, 2012). Em um sistema que não possui privilégios, direitos e obrigações fixados, a administração é tratada como um assunto pessoal do soberano (Faoro, 2001). O patrimonialismo qualifica uma forma de dominação na qual seus controladores ou dominadores fazem com que os dominados ajam de modo a acreditar como se fossem portadores de uma vontade que não é própria deles (Campante, 2003).

O patrimonialismo é distinto das formas de dominação tradicionais, pois o poder do dominador consiste na vontade das pessoas que estão em situação de dominação, em obedecer o dominador. O patrimonialismo “estamental”, termo que será desenvolvido nos parágrafos seguintes, surge a partir da apropriação monopolizadora dos poderes oficiais por seus detentores, que, de uma forma estamental, definem um quadro administrativo regulado pelo pertencimento a um determinado nível político e social (Portela Júnior, 2012).

A descentralização e a ineficiência governamental são dois traços do patrimonialismo que desenvolvem um corpo social (o estamento) que, conforme Faoro (2001), se traduz no patronato político brasileiro. O estamento é característico e contraditório ao mesmo tempo, uma vez que trabalha sempre contra o poder pessoal arbitrário do governante (Campante, 2003). Se a administração pública foi influenciada pelos traços relacionais e hierárquicos, esses, por sua vez, contribuíram para o surgimento de um traço marcante na cultura brasileira, denominado como malandragem, para se referir à maestria na condução do “jeitinho”, que são as relações de intimidade como uma saída para o impasse entre pessoal e impessoal (Borges de Freitas, 1997).

Rodrigues *et al.* (2011) analisaram o “jeitinho”, concluindo que esse traço cultural tem um impacto negativo sobre as pessoas e a ordem social, pois ocorre a quebra de regras formais e eventuais prejuízos a outros indivíduos. No entanto, os autores levantaram que ele pode ser entendido como uma estratégia inovadora para resolver problemas, por meio do uso da influência social combinada com outros artifícios para atingir objetivos pretendidos. Os participantes desse estudo demonstraram que as práticas bem-sucedidas do “jeitinho” são mais lembradas do que aquelas malsucedidas, fato que, possivelmente, explique a prevalência do fenômeno no Brasil. A distinção entre o jeitinho e a corrupção é explicada por vários autores, como, por exemplo, Alcadipani e Crubellate (2003), cujo entendimento é que o jeitinho não está associado à recepção de nenhum benefício pecuniário.

O **traço personalista**, conforme Holanda (2009), sempre teve bastante força no período Imperial brasileiro. Neste período, os membros do Senado, que eram escolhidos pelo Imperador, eram criticados com muito mais leveza pela população e a imprensa do que os deputados que eram eleitos. No entanto, desde o Primeiro Reinado brasileiro, a noção de corrupção não foi muito explorada, até o momento em que, no Segundo Reinado, pós-período de prosperidade econômica (entre 1850 a 1870), o Partido Republicano foi fundado e o exército começou a emergir como instituição que se negava a ser meramente caçadora de escravos em fuga (Schwarcz & Starling, 2015).

Nesse cenário, o Império começou a demonstrar suas fragilidades. A partir de 1880 o regime passou a ser visto como passível de corrupção, com os primeiros casos de escândalos do tipo sendo noticiados pela imprensa. Com os escândalos de corrupção, a monarquia se mostrou vulnerável, exaltando, principalmente, a sua complicada relação entre as esferas públicas e privadas (Schwarcz & Starling, 2015).

Sobre as questões que envolvem a dissolução do Império, Faoro (2001, p.687) pontua que “O poder pessoal, o imperialismo se exaure, não pelo excesso de poder, mas pela indefinição entre imaginações exaltadas, consciências imantadas por outros ideais, feridas pela missão de um destino em que a fantasia pode mais que a morna realidade”. Nesse contexto emerge a figura do **paternalismo**, uma síntese da concentração de poder, que resulta na desigualdade na distribuição de poder, e do personalismo, esse caracterizado pela dominação afetiva (Barros & Prates, 1996).

As acusações de corrupção que surgiam se faziam referentes ao sistema, o que também aconteceu no período da Primeira República. A crítica era feita massivamente à não promoção do bem público, residindo o problema na oligarquia e opressão do sistema. Entretanto, a partir de 1945, houve uma alteração na semântica do termo e ele passou a ser associado à ação individual e à falta de moralidade das pessoas (Carvalho, 2012).

No pensamento político contemporâneo, essas relações pessoais nos assuntos estatais revelam um atraso social que remetem a uma crítica aos traços patriarcais, patrimoniais e estamentais, os quais são detectados na administração pública quando se verificam comportamentos ligados à corrupção, clientelismo, favoritismo, dentre outras práticas que não separam as esferas pública e privada (Silveira, 2006). Carvalho (1997) levanta a discussão sobre a confusão conceitual de termos - coronelismo mandonismo, clientelismo e patrimonialismo - associados às relações políticas entre o poder local e o poder nacional no Brasil. Não é objetivo desta pesquisa enveredar pela discussão teórica de tais termos, mas, sim, entender o conceito de cada um deles. No Quadro 1, a seguir, sistematizamos os principais conceitos relacionados ao tema.

Termo	Conceito
Coronelismo	Sistema político nacional, caracterizado pelas barganhas entre governo estadual e coronéis, em que o primeiro cede ao segundo o controle dos cargos públicos e recebe em troca os votos para sua eleição. Os governadores de estado apoiam o Presidente da República e recebem em troca o reconhecimento desse quanto ao seu domínio no estado.
Mandonismo	Presença de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder no local, que têm controle sobre recursos estratégicos que o permite exercer domínio pessoal e arbitrário sobre a população. Não se trata de um sistema, mas, sim, uma característica da política tradicional.
Clientelismo	Concessão de benefícios públicos (empregos, isenções fiscais, etc.) por parte do governo em troca de apoio políticos, como votos.
Patrimonialismo	Utilização de recursos e poderes públicos para fins privados, cooptação para participação política.

Quadro 1. Conceitos de termos associados às relações políticas entre poder local e nacional no Brasil

Fonte: adaptado de Carvalho (1997) e Faoro (2001).

Os traços culturais nacionais (Quadro 1) se fundamentam com base nas relações sociais que emergem e caracterizam uma determinada sociedade, nesse caso, o Brasil. As relações políticas no Brasil, marcadas pela corrupção, portanto, estão associadas à cultura e a história do país. Nesse sentido, esta seção foi construída como uma forma de auxiliar a compreensão de tal associação, principalmente, no contexto do serviço público, que é nosso objeto de estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo de nossa pesquisa reside em explorar as interpretações de gestores públicos que atuam no município de Uberlândia acerca de comportamentos típicos de corrupção, buscando identificar padrões regionais. Adotamos uma abordagem qualitativa, pois esta permite analisar, em peculiaridade, casos que sejam concretos quanto ao tempo e local, a partir das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais (Flick, 2009). A técnica escolhida para composição do corpus de pesquisa foi a entrevista semiestruturada. Elaboramos um guia de entrevista com tópicos-chave, com base no problema e objetivo da pesquisa, que serviram como direcionamento na conversa com as pessoas entrevistadas. Ao longo das entrevistas, procurou-se não interromper os entrevistados, no intuito de obter depoimentos detalhados.

Os participantes da pesquisa não foram identificados com o intuito de terem a sua privacidade garantida. Para isso, os nomes que aparecem nas transcrições são fictícios. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para análise, consideramos que do total de gestores públicos atuantes nas áreas de saúde e educação no município de Uberlândia, o foco seria os níveis estadual e federal de gestão. A escolha da realização da pesquisa na cidade de Uberlândia, por conveniência, contudo também justificada por essa ser um centro urbano dinâmico, que, até a década de 1980, foi dirigido por uma elite conservadora nos planos moral, cultural e político, a qual ainda marca presença na política. Além disso, a cidade localiza-se no estado de Minas Gerais que, conforme o Mapa da Corrupção (MPF, 2017) é o terceiro estado brasileiro com maior número de ocorrências de casos de corrupção.

A motivação na escolha de órgãos integrantes das áreas de saúde e educação na cidade está no fato destas áreas, conforme informações do Mapa da Corrupção (MPF, 2017) serem as políticas públicas com maior incidência de processos relacionados à corrupção no Estado de Minas Gerais. Os gestores das áreas da saúde e educação em Uberlândia são aqueles que atuam na Superintendência Regional de Saúde de Minas Gerais – Unidade Uberlândia, Superintendência Estadual de Educação de Minas Gerais – Unidade Uberlândia, Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia e Universidade Federal de Uberlândia.

A pesquisa foi realizada com um total de vinte servidores públicos, sendo dez atuantes na esfera estadual e dez atuantes na esfera federal, em órgãos situados na cidade de Uberlândia. A proposta inicial da pesquisa era incluir gestores públicos das três esferas, no entanto, não obtivemos autorização da esfera municipal. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, e, posteriormente, transcritas e analisadas. As entrevistas foram repetidas até o alcance do ponto de saturação (Bauer & Gaskell, 2002), que ocorreu na décima entrevista de cada esfera, sendo sua aplicação feita de forma sequencial, com respostas em aberto.

As entrevistas tiveram duração mínima de vinte e nove minutos e dezesseis segundos e a máxima de oitenta e oito minutos e vinte e sete segundos, sendo um total de quatorze horas, dezesseis minutos e trinta segundos. A primeira entrevista foi realizada em 20 de setembro de 2017 e a última entrevista foi realizada em 18 de outubro de 2017.

Após a transcrição das entrevistas, que foi feita com o auxílio do *Express Scribe Transcription Software*, ferramenta de transcrição de entrevistas, procedemos para análise das entrevistas, utilizando a técnica de análise de conteúdo categorial temática (Bardin, 2011), a qual se desdobra em três fases: pré-análise (leitura das entrevistas, formulação dos objetivos e indicadores); exploração do material e tratamento dos resultados (codificação, categorização e classificação); e inferência e a interpretação (conteúdo manifesto e latente).

4 A REGIONALIDADE NAS INTERPRETAÇÕES DOS ENTREVISTADOS QUE AUXILIAM NA COMPREENSÃO DA CORRUPÇÃO

A regionalidade, nesta pesquisa, está em acordo com o entendimento de Heckenberger (2002), para quem o termo é uma dimensão essencial de uma organização social regional, a qual, por sua vez, refere-se a comunidades que compartilham uma cultura comum. A organização social regional reproduz padrões de sociabilidade dentro e entre comunidades, ou seja, reproduz a regionalidade. Nesse sentido é também o entendimento de Gil, Oliva e Silva (2007, p. 9), que associam o termo a “uma espécie de consciência coletiva que une os habitantes de uma determinada região em torno de sua cultura, sentimentos e problemas”. Esses elementos em comum caracterizam um grupo indivíduos que configuram espacialmente uma região. No entanto, como ressalta Pozenato (2001), esses elementos presentes em um determinado espaço serão regionais enquanto vistos em sua regionalidade, ou seja, no conjunto de significados simbólicos que permitem identificar uma região.

Para explorar as interpretações de gestores públicos federais e estaduais acerca da corrupção visando à identificação de padrões regionais, elaboramos um tópico-guia com questões que nos permitissem identificar: (a) padrões culturais regionais particulares de Uberlândia que pudessem influenciar decisões de agentes públicos; (b) exemplos de casos de corrupção em Uberlândia que envolvessem gestores públicos; e (c) as relações de poder entre agentes públicos e outros atores sociais.

Na fase de análise, iniciamos com a edição das entrevistas transcritas, selecionando trechos em que pudessem responder a questão norteadora: “*quais os padrões de regionalidade estão presentes na concepção dos respondentes acerca da corrupção?*” Em seguida, escolhemos as categorias e as organizamos em temas, os quais, quando se repetiam com muita frequência eram recortados do texto para análise. Na fase seguinte, escolhemos as unidades de codificação, adotando como unidade de registro a resposta de cada um dos entrevistados para uma determinada pergunta, e como critério para constituição de categorias, o semântico ou temas. A discussão de Carvalho (1997) e Faoro (2001) sobre os traços culturais serviu como guia para a constituição e análise das categorias.

Categoria 1: Coronelismo/mandonismo: família-prefeita

Perguntamos aos entrevistados se eles percebiam algum traço característico da região de Uberlândia que influenciaria nas decisões tomadas na gestão pública. Ao responder, a entrevistada Janice, no fragmento 006, fala sobre a sua visão da concentração do poder na região a partir de uma concepção da influência das raízes históricas:

Não, de jeito nenhum. Eu acho que é do mesmo jeito... assim, o poder fica muito tempo numa mão e aí esse pessoal vai achando as formas de, né? [...]

[...] Vejo, vejo, os grandes coronéis aqui de Uberlândia. Se você não fizer parte do grupo de coronéis, você está fora... Foi aí, o Gilmar Machado demonstrou isso claramente. Ele foi também um coronel, ele não foi nada diferente do outro grupo, ou você era amigo da mulher dele, se você tivesse amizade com a mulher dele, você tinha a conquista de algum lugar ao sol... (Janice, servidora pública estadual, em entrevista, 2017).

A entrevistada Elvira aponta sua interpretação acerca das relações de concentração de poder de uma família na região, conforme podemos observar no fragmento 007:

Acho sim, por exemplo, já está à frente do poder há muito tempo... aqui, em Uberlândia mesmo, né? Tem uma família que foi feita por muito tempo. Agora, o filho é vereador, é, e aí a cidade tomou um rumo que beneficiou pra ele, cresceu pra um lado onde eles têm um monte de terreno [...] (Elvira, servidora pública estadual, em entrevista, 2017).

As famílias se perpetuam no poder, de acordo com a entrevistada, e essa é uma forma de a família se beneficiar orientando o desenvolvimento da cidade, dando o sentido de **patrimonialismo e personalidade** na gestão. O entrevistado José, conforme fragmento 008, coloca em evidência a característica conservadora que observa na região de Uberlândia e credita a ela uma postura que mantém a prática do “jeitinho”:

Ah, eu acho que sim... o mineiro, ele tem uma característica muito conservador, né? E a gente acaba com esse conservadorismo, mantendo esses aspectos culturais e históricos? Né? Seguindo a tradição de ficar facilitando as coisas de levar um jeitinho (José, servidor público federal, em entrevista, 2017).

Diferentemente do entrevistado José, que associa o conservadorismo à formação histórica e à manutenção do “jeitinho” como sinônimo de corrupção, o entrevistado Lucas, no fragmento 009, aborda a forma como Uberlândia foi construída e influenciada pelo jeitinho.

Uberlândia... Uberlândia! A história de Uberlândia não é diferente. A história de Uberlândia é que eram três fazendas no começo de Uberlândia, pessoas que saíram da região, bandeirantes, né? Saíram da região de São Paulo e veio aqui pro Triângulo Mineiro, né? Vieram pessoas, dividiram isso aqui em três fazendas, uma dessas pessoas, era só um, não tinha família, não tinha nada, você entendeu, assim? Aí, construíram toda essa região aqui ó, era de uma pessoa, um negro, por isso que aquela região ali chama Tenda do Moreno. Não sei se você conhece, já ouviu falar dessa parte aí, essa pessoa pega e falece, onde os donos dos cartórios dessa cidade, da época, assim que observam a morte desse rapaz, pega todas essas terras, passa pro nome de uma pessoa só, de uma forma assim, "ah, é assim e pronto". Agora você me pergunta: LUCAS, você é a favor, então, por causa disso, você é a favor da reforma agrária e da reforma urbana? Lógico! Lógico! Porque teve pessoas que se beneficiou através de atos corruptíveis e que pegou essas terras e colocou no nome de uma pessoa só, porque ele era dono do cartório. Essa é a história de Uberlândia, e você pega esse povo do Virgílio Galassi aí, esses Galassi, é tudo advindo dessa história, se transformaram nas famílias mais ricas dessa cidade, obtendo lucros e mais lucros, explorando o outro, através da exploração, entre dominantes e dominados (Lucas, servidor público estadual, em entrevista, 2017).

O paternalismo foi também uma característica apontada pelos entrevistados como pertinente à região de Uberlândia. No fragmento 010, a entrevistada Alzira utiliza a gestão pública municipal como exemplo de demonstração de práticas de gestão paternalistas, expressas na figura do pai que concentra o poder pela dominação afetiva (Barros & Prates, 1996):

Fragmento 010 - [...] mas esse nosso atual prefeito, ele não... extremamente paternalista mesmo. Acompanhá-lo na página dele no Facebook, entra lá pra você dar uma olhada... a ideia é de que a cidade é dele, que ele cuida, né? E que dele, no sentido nossa, como se a cidade fosse uma grande família e ele fosse um pai, muito... (Alzira, servidora pública federal, em entrevista, 2017).

O termo **coronelismo** também foi observado nas entrevistas como uma característica própria da região de Uberlândia no que diz respeito à gestão. O entrevistado Saulo, no fragmento 011, discute a respeito:

Ah! A gente vive um coronelismo, né, cara! A gente vive uma sociedade coronelista, manda quem pode, obedece quem tem juízo [...] [...] essas elites, derivadas dos antigos homens bons no período colonial, o mesmo perfil de político compõe a câmara municipal, assim como o Congresso brasileiro e são os detentores, né? São os patriarcas, como você diz, são os que se apropriaram de maneira fisiológica do poder. O poder é deles e qualquer outro que tente fazer diferente vai sofrer com a ira das pragas do Egito, cara [...] (Saulo, servidor público estadual, em entrevista, 2017).

O entrevistado, no fragmento 011 utiliza a associação das palavras “coronelista”, “manda”, “pode” e “obedece” quando usa a expressão “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, dando um sentido de que a sociedade da região de Uberlândia é passiva. O entrevistado ainda justifica a sua colocação explicando que os agentes políticos no nível municipal e federal são os detentores do poder, e que esses não permitem que haja um comportamento diferente do que eles anunciam.

Carla interpretou que na gestão pública de Uberlândia o paternalismo foi característica do governo anterior: *“Existe tudo isso, na gestão passada se viu uma característica, nessa outra. Na passada eu via muito paternalismo, muito é...muita coligação, com isso a gente pode ver estava pesado, né.”* E Débora, na mesma linha, interpreta a concentração de poder como associada à corrupção: *“têm os grupos políticos que mantêm o poder na cidade de Uberlândia né, então assim eu acho que o PT ter ganho na última eleição, foi um marco que eu não sei se vai acontecer de novo em Uberlândia, mas eu fico vendo que essa questão do poder concentrado num grupo político ela é muito arraigada aqui”*.

Categoria 2: Clientelismo: mercado político

O clientelismo foi identificado nas questões referentes às raízes históricas e culturais da formação do Brasil. Perguntamos aos entrevistados se eles vislumbravam a corrupção como uma consequência dessas raízes. E ainda perguntamos se a formação histórica da região de Uberlândia poderia ter influenciado a corrupção na região.

A resposta do entrevistado Francisco, no fragmento 012, cita o clientelismo como um traço forte da região de Uberlândia e que estaria relacionado com a barganha de votos, o que gera um mercado político, em que trocas de favores e apoio políticos são centrais.

[...] ou seja, Uberlândia foi uma cidade de coronéis, né? Digamos assim, de prefeitos que trabalharam mais pra eles do que pra cidade. Aí esse negócio, "ah, a cidade cresceu, movimentou...", sim, mais isso foi consequência de eu estar dando privilégios pra eles e pra mim também, né? Então, eu trago aí, a AMBEV. A AMBEV veio pra Uberlândia. Na época, ela fez doação de campanha para o Gilmar Machado, se eu não estou enganando, R\$ 350.000,00, mas fez pro Luiz Humberto de R\$ 300.000,00, ou seja, eu faço campanha para os dois, porque os dois vão me aceitar e, em nome disso, eu dou uma outorga de águas de um rio, que água é um recurso muito escasso, eu dou uma outorga de 20%, ou seja, de cada 10 litros de água, ó AMBEV, você pode pegar 2 do rio, viu? Pra fabricar sua cerveja, ou seja, isso não foi discutido, isso teve um preço pra ela vir pra cá...Ah, região, logística, água, né? Principalmente... qual outra cidade, numa crise hídrica, iria ceder água nessa quantidade... (Francisco, servidor público estadual, em entrevista, 2017).

O entrevistado ainda levanta indícios de corrupção que ele observa em nível de gestão municipal, quando cita o exemplo de uma grande corporação (AMBEV) que, conforme ele, teria se instalado na cidade com outorga de uso das águas da região por conta de financiamento de campanhas de dois dos principais concorrentes políticos à época de sua instalação.

Nós perguntamos aos entrevistados sobre os prejuízos da corrupção e se eles teriam um exemplo a relatar. No fragmento 017, o entrevistado Lucas reforça a característica que ele considera como tradicional e elitista:

Cara, aqui é o seguinte. Aqui em Uberlândia, Uberlândia é uma cidade extremamente tradicional, quem manda aqui nessa cidade, não sei se você é daqui. Uberlândia é uma cidade que quem manda são as grandes empreiteiras e uma elite bem casta aqui nessa cidade, onde elas são donas praticamente de tudo. Se você pegar um, pra administrar essa cidade aqui é a coisa mais difícil do mundo, pegando um prefeito que não tenha é... que não tem vínculo com essa elite, entendeu? Foi a eleição, isso é meu pensamento tá, não estou defendendo partido político e nem o indivíduo que estava na administração passada, mas pra ele foi muito difícil, negro, nasceu em Cascalho Rico, veio pra Uberlândia, se ascendeu como Deputado Estadual, depois foi Deputado Federal, bem antes disso tudo ele era professor de história na rede pública, depois Deputado Estadual, Federal e chegou a ser prefeito dessa cidade, entendeu? Então a história dele, desse camarada é extremamente humilde, que é diferente de uma história de um Virgílio Galaci, de um Odelmo Leão Carneiro, de um Paulo Ferola, que são pessoas que tem tradição aqui dentro da cidade, tradição é do lado burguês da coisa, entendeu? São presidentes aí do CAMARU, que representa a bancada ruralista da cidade, são pessoas de extrema posse, onde gera milhões e milhões ali né, e pra uma pessoa que veio, que não é dona da cidade, isso aí entre aspas, fica muito difícil administrar uma cidade dessa... (Lucas, servidor público estadual, em entrevista, 2017).

O entrevistado interpreta, conforme o fragmento 017, que para indicar que a condição para administrar a cidade é ter vínculo com a elite, demonstrando o elitismo como fator forte nas práticas de gestão da cidade de Uberlândia.

Perguntamos aos entrevistados sobre a concentração de poder, questionando se eles percebem a existência de pequenos grupos que tomam decisões visando interesse do grupo. A resposta de alguns entrevistados foi positiva. Para Mário e Galeno, na gestão pública federal, os interesses em jogo são de um grupo e não do órgão em si, o que caracteriza trocas por apoio político.

Eu não estou trabalhando em prol da universidade, eu estou trabalhando em prol de um grupo que eu acho que até a intenção pode ser boa, aquele grupo eu acho que é o que pode fazer melhora da universidade então eu trabalho em prol desse grupo, se eu tenho um membro aqui que não faz parte desse grupo, mesmo que ele pudesse dar uma contribuição pra instituição mas ele não é aceito, então assim, isso na UFU, não sei se assim pelo fato de a gente estar aqui no dia a dia já há bastante tempo é muito (Mário, servidor público federal, em entrevista, 2017).

Pra poder beneficiar um segmento da sociedade que esteja ligado ao ministério dele, por exemplo, poderia usar pra isso e trabalhar em função das pessoas, mas ele pode usar aquilo também pra pegar, né... dinheiro corrupto, dos outros pra beneficiar uma licitação aqui uma empresa ali, então vai depender muito da forma que a pessoa usar... (Galeno, servidor público federal, em entrevista, 2017).

Elvira também menciona os benefícios próprios auferidos pelas famílias que têm representantes no governo.

Aqui em Uberlândia mesmo né, tem uma família que foi prefeita a muito tempo, agora o filho é vereador, é e aí a cidade tomou um rumo que beneficiou pra ele, cresceu pra um lado onde eles têm um monte de terreno, então eu acho que o poder... é aí que eu falo, que não sei se a pessoa vai vendo assim se ela tem a consciência que ela está usando do poder, pra fazer, pra benefício próprio, talvez a hora que está administrando, então eu acho que o uso do poder pra benefício próprio né, tem o uso da informação, tanto que Uberlândia tem, a gente conhece famílias aí que foram beneficiadas, sabe que vai ter não sei o quê, então já compra o terreno ali aí eu valorizo ali... teve aquela informação primeiro e tem o poder, junto com a informação mais o poder que tem já antecedeu a outras pessoas né... (Elvira, servidora público federal, em entrevista, 2017)

Categoria 3: Patrimonialismo: Hierarquia

A característica personalista e patrimonialista também é evidenciada pela entrevistada Paula, no fragmento 013, assim como no depoimento de Mateus, servidor público federal, no fragmento 014:

Fragmento 013 - [...] de repente, começaram a asfaltar tudo ali, "ah! É porque são as fazendas do Virgílio, né?" O Virgílio era o prefeito, então, isso eu acho que é um abuso de poder, ou seja, ele usou a máquina pública pra beneficiar uma região que era dele, da família dele, né? É um exemplo assim que eu não tenho prova, não tenho assim... mas, como eu morava próximo, você via assim, "Ah! mas porque que está asfaltando isso aqui?" (Paula, servidora pública estadual, em entrevista, 2017).

Fragmento 014 - [...] a gente elege político regionalizado. Meu bairro, ele é de um vereador. A minha microrregião elege um vereador, um deputado, então, eu acho que, nesse cenário, eles exercem um certo poder naquela região [...] [...] e, desse poder que ele tem, ele pode beneficiar, além do próprio município, beneficiar a própria região... Olha, minha família tem um pedaço de chão ali e ali pode ser montada uma fábrica de automóveis. Então, eu vou conseguir pra você um benefício no estado de ICMS, vou conseguir pra você um benefício e ele tem um poder muito grande porque ele coloca na mente que ele trouxe essa montadora de automóveis pra Uberlândia [...] (Mateus, servidor público federal, em entrevista, 2017).

No fragmento 013, a entrevistada Paula faz uso de palavras como “abuso”, “poder” e “máquina pública” para dar o sentido de que a prática de gestão municipal que ela cita em seu exemplo se baseava em abuso do poder público para um benefício privado. No fragmento 014, o entrevistado Mateus utiliza um exemplo semelhante ao utilizado pela enunciativa Paula.

O fragmento 015, do entrevistado João, também trata sobre as práticas patrimonialistas:

Ah! Não, aqui é uma bagunça, não só em Uberlândia, como aqui no Hospital. Vou te dar um exemplo: Hospital do Câncer [...] [...] tá... lá dentro, aquela estrutura, aquele prédio que tá lá foi construído pelo grupo. Onde foi construído o prédio tem um terreno da UFU que é federal, da fundação, que é uma fundação sem fins lucrativos, mas ela tem um patrimônio de mais de um bilhão em Uberlândia e tem terrenos particulares, de vereadores, tudo ali, sabe? Então, é muito promiscuo. Uma coisa que me chama atenção em Uberlândia em relação a outras cidades, se você vai andando, você vai vendo um monte de terreno vago. Você passa, assim, de um bairro pro outro, você vê dez quarteirões de terreno vago. Aí você vai saber, são terrenos de ex-prefeitos, ex-vereadores. Então, o que que eles fazem, eles compram de uma forma facilitada aquilo ali, depois, ele estimula o crescimento da cidade pra supervalorização daquela área. Então, esse jogo de poder, de interesse... (João, servidor público federal, em entrevista, 2017),

O entrevistado utiliza, no fragmento 015, o termo “bagunça” para se referir às práticas paternalistas no âmbito da organização (Hospital Universitário) em que trabalha e da cidade. O entrevistado ainda utiliza palavras como “promiscuo” para definir a relação patrimonialista que observa na organização em que trabalha, dando um sentido negativo às práticas ali instaladas.

Quando analisa a organização da qual faz parte, o entrevistado ressalta que ela está associada a uma situação na qual se misturam propriedades filantrópicas, propriedades públicas e propriedades particulares pertencentes a agentes políticos da região, o que pode ser entendido como uma forma de corrupção política. A partir da sugestão de prevaricação que há na fala do entrevistado, podemos afirmar que há a caracterização da corrupção.

Além dos traços analisados e discutidos nas entrevistas até aqui expostas, uma observação feita pelo entrevistado Renato, no fragmento 016, que engloba as práticas intituladas como coronelistas, paternalistas, patriarcais e patrimonialistas, aponta para um elitismo que constrói um autoritarismo na região:

Dentro do que eu falei, nossa sociedade é uma sociedade fechada ali. Só olhar o nome das ruas, os Pacheco, os... como é que fala ali, os Carrijo e Rezendes e por aí, ou seja, isso aqui é um, continua sendo uma currutela de coronéis e tem essa influência até hoje [...] [...] O que é que a gente tem visto? Ministério Público, Ministério Público, os últimos acontecimentos da política, tanto nacional, quanto municipal, elas são extremamente influenciadas pelo Ministério Público, que toma decisão, o judiciário toma decisão diferentes, de acordo com a mesma situação pra diferentes indivíduos. Então, a justiça tem um lado, a imprensa tem um lado, a gente tem um... a imparcialidade não existe (Renato, servidor público estadual, em entrevista, 2017).

O entrevistado utiliza o termo “sociedade fechada” em conjunto com “currutela de coronéis” indicando o caráter que observa na sociedade que se encontra à frente da gestão da região de Uberlândia. Na fala do entrevistado, as decisões do judiciário são influenciadas conforme o agrupamento social pode ser afetado.

Nesse sentido também está a interpretação de Cláudia sobre a corrupção: *“Eu acho que ser muito autoritário também, leva essa parte a abrir que ele está sendo autoritário pode abrir uma brecha pra uma parte da corrupção... porque aí a pessoa vai “ah perai ele quer ser melhor do que eu, então eu vou ser melhor do que ele...” e a corrupção vem*”, ou seja, a corrupção pode ser originada em ambiente autoritário. Dalila também interpreta dessa forma: *“É se a gente for observar a história do país né, em todos os sistemas, você vai ter governos né, monarquia, a gente teve né assim a época da ditadura, né, que era um governo autoritário, mas sempre existiu [a corrupção] em menor ou maior né, grau”*.

O entrevistado Adelino, no fragmento 018, expõe como percebe o comportamento da população frente às características de gestão reconhecidas na região. Em sua fala, é discutida a passividade da população em geral frente às práticas de gestão autoritária:

[...] quando você chama a população pra conversar, ela assusta porque ela nunca foi chamada... Aí eu já ouvi até uma expressão assim: " eu fui chamado pra discutir. O que eles querem em troca?" Aí, quando você termina a conversa com o grupo, né? Eles falam assim: "e aí nós precisamos fazer o quê?" Ou seja, pra aquilo acontecer, o que é que nós temos que fazer? "Para aquilo acontecer, nós temos que fazer o necessário pra que aquilo aconteça" ... E eles falam assim: “Se o homem lá não deixar...”. Eu falo assim: “Tem estratégias de fazer o homem deixar” Então, em Uberlândia, tem um problema sério, né? Que não é só o Executivo, o Legislativo e o Judiciário também...tem essa característica muito forte, né? (Adelino, servidor público federal, em entrevista, 2017).

O entrevistado Adelino entende que a ação dos indivíduos é realizada a partir de sua submissão/passividade frente a um outro indivíduo em posição de poder. Joaquim menciona o autoritarismo como características das relações políticas locais, e Elvira

[...] não só em Uberlândia mas em outros lugares a gente vê muita gente que talvez nomeia uma pessoa que não é parente, mas é um amigo próximo que talvez não é a pessoa mais competente pra exercer um cargo, mas por uma questão pessoal ali, familiar, alguma coisa assim, acaba fazendo parte desse sistema de governo. E tem pessoas que quando conseguem chegar numa posição dessa acaba que o poder meio que sobre a cabeça e a pessoa acaba tendo uma conduta que não é adequada né, não vai tomar as melhores decisões baseado em fatos ou em dados, mas de acordo com o que ela talvez pensa que é o certo ou que ela acha que tem que ser daquela forma e não escuta outros e tal, esse autoritarismo também é bastante presente no governo do Brasil de forma geral...(Joaquim, servidor público federal, em entrevista, 2017).

Apresentamos, no Quadro 2, o resumo dos resultados da pesquisa sobre a interpretação dos gestores sobre a corrupção.

Entrevista	Cargo	Esfera	Idade	Tempo função	Percepção na cidade	Traços culturais	Como se associam com regionalidade
Joaquim	Coordenador	Federal	28	4	Autoritarismo	Patrimonialismo	
Elvira	Coordenador	Federal	54	28	Benefício Privado	Patrimonialismo	
Mateus	Gerente	Federal	35	8	Benefício Privado	Patrimonialismo	Hierarquia
João	Gerente	Federal	35	11	Jogo De Poder	Patrimonialismo	
Paulo	Gerente	Federal	29	6	Paternalismo	Patrimonialismo	
Alzira	Coordenador	Federal	31	8	Cidade-Família	Coronelismo	
José	Supervisor	Federal	53	25	Conservadora	Coronelismo	Tradição familiar
Carla	Gerente	Federal	46	20	Concentração De Poder	Coronelismo	
Mário	Coordenador	Federal	48	20	Barganhas	Clientelismo	Mercado político
Galeno	Coordenador	Federal	62	29	Barganha	Clientelismo	
Adelino	Coordenador	Estadual	67	30	Autoritarismo	Patrimonialismo	
Cláudia	Coordenador	Estadual	40	15	Autoritarismo	Patrimonialismo	
Dalila	Coordenador	Estadual	52	26	Autoritarismo	Patrimonialismo	Hierarquia
Paula	Vice-Diretora	Estadual	55	23	Benefício Privado	Patrimonialismo	
Renato	Diretor	Estadual	37	16	Sociedade Fechada	Patrimonialismo	
Janice	Diretora	Estadual	59	29	Poder Na Família	Mandonismo/coronelismo	
Saulo	Vice-Diretor	Estadual	33	8	Passiva	Coronelismo	Tradição familiar
Débora	Coordenador	Estadual	40	12	Concentração De Poder	Coronelismo	
Lucas	Diretor	Estadual	41	18	Barganhas	Clientelismo	Mercado político
Francisco	Diretor	Estadual	50	28	Barganhas	Clientelismo	

Quadro 2. Resumo das entrevistas e dos fatores identificados

Fonte: dados da pesquisa.

Por fim, o entrevistado Paulo vê o paternalismo como uma característica que estimula a prática da corrupção:

Eu vejo muito paternalismo, principalmente na universidade né, a gente vê uma visão muito paternalista aqui, determinadas pessoas que estão em determinados locais e elas estão ali, quase 20, 30, 35 anos e elas não desempenham atividade, como deveria ser desempenhada, mas como ela está ali há tanto tempo, ninguém quer tirar ela, eles justificam, "ninguém sabe fazer tão bem como ele", tão bem como? o jeito que ele faz é o melhor? entendeu? então eu vejo que tem muito paternalismo aqui, sempre fez assim, sempre vai ficar assim, então nós novos que estamos no serviço público

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE

Os depoimentos dos gestores públicos entrevistados evidenciaram três padrões discursivos nas suas interpretações sobre a corrupção: tradição e família; hierarquia; mercado político, os quais entendemos representar elementos de regionalidade. Tais elementos estão associados à formação cultural de Uberlândia e Região, ainda que reconheçamos não serem exclusivos da região, pois são encontrados em outras regiões do país (Damatta, 1978, 1984; Freyre, 2004; Holanda, 1995). No entanto, ao reconhecer esses elementos como presentes nas relações que envolvem a gestão pública, podemos oferecer caminhos para reflexões as relações entre corrupção e cultura, o que pode favorecer a conduta corrupta (Husted, 1999; Faoro, 2001), envolvendo a gestão pública.

O primeiro elemento é o binômio **tradição e família**, que esteve presente em muitas respostas dos entrevistados, que podem indicar a existência de valorização da família paternalista (Holanda, 2009) como norteadora das relações sociais que envolvem a gestão pública. A apropriação monopolizadora de cargos públicos, na forma de uma sucessão familiar, caracteriza o patrimonialismo e o personalismo percebido pelos entrevistados. O personalismo caracteriza-se pela sobreposição de interesses particulares aos coletivos, o que é possível pela manutenção da família continuidade do poder (Borges de Freitas, 1997), e na tradição patrimonialista, os empregos e benefícios, geralmente, atendem aos interesses pessoais (Paes de Paula, 2005).

O segundo elemento é a **hierarquia**, que caracteriza-se pela concentração de poder como forma de manter a autoridade e reforçar relações baseadas na subordinação (Borges de Freitas, 1997) e pela dificuldade daqueles que ocupam posições públicas em diferenciar o público e o privado (Holanda, 2009; Silveira, 2006). A pesquisa evidenciou também a passividade e aceitação dos grupos inferiores à autoridade de grupos dominantes na cidade, tendo sido citado ter acontecido uma troca de governo municipal por outro grupo político.

O terceiro elemento consiste na existência de um **mercado político**, que evidencia uma sociedade baseada no domínio pessoal e econômico, em que as relações políticas são regidas pelo controle político de determinadas pessoas ou grupos, com capital econômico e relacional, sobre o eleitorado. As entrevistas evidenciaram a troca de favores, ou barganhas, não reguladas pela ordem jurídica, que se desenvolvem em práticas sociais definidas por Carvalho (1997) como clientelismo, ou seja, práticas sociais que se referem a uma teia de relações desenvolvidas por atores políticos envolvendo concessão de benefícios público em troca de apoio político.

Todos esses elementos estão associados, por sua vez, aos traços culturais nacionais, quais sejam: mandonismo, coronelismo, clientelismo, patrimonialismo (Damatta, 1978, 1984; Freyre, 2004; Holanda, 1995; Borges de Freitas, 1997; Ribeiro, 2006) explicados pela formação histórica do país. No caso da região de Uberlândia, pela sua localização no interior de Minas Gerais, um estado com forte presença das atividades econômicas no Brasil Colônia, e pela sua formação sócio-histórico-cultural, esses traços evidenciados podem ser entendidos como elementos de regionalidade que permeiam as relações de poder na esfera pública. Tais relações de poder baseadas na troca de favores para manutenção no poder, o fortalecimento da hierarquia, e a manutenção da tradição e da família na esfera pública tendem a favorecer condutas corruptas (Husted, 1999; Fisman & Miguel, 2007). Um aspecto relevante considerado nesta análise é acerca da distinção de traços culturais nacionais feitas por estudiosos, pois esses permeiam as relações e interações produzidas nas organizações públicas de modo imbricado, ou seja, os elementos de regionalidade aqui identificados podem estar relacionados a todos os traços culturais.

6 CONCLUSÃO

Entre os elementos de regionalidade encontrados no discurso dos entrevistados sobre a sua interpretação da corrupção, foi constatada a dificuldade que os gestores entrevistados tiveram em expor exemplos de casos de corrupção e de prejuízos dela advindos nas organizações da região. Isso denota uma característica encontrada em seus depoimentos, de que, apesar de reconhecerem e terem um conceito para a corrupção, não percebem seus prejuízos e de forma clara a ponto de exemplificarem sua ocorrência na região.

Três padrões foram levantados como elementos de regionalidade na gestão estadual e federal na cidade de Uberlândia, segundo a interpretação dos entrevistados. De acordo com os entrevistados, os traços da cultura nacional têm associação com a corrupção, sendo eles: o paternalismo, o patrimonialismo, o elitismo e o coronelismo, os quais permeiam os elementos de regionalidade por nós identificados: a família e tradição; hierarquia e o mercado político

Os entrevistados demonstraram compreender os elementos de regionalidade ligados à corrupção praticada na cidade de Uberlândia, prioritariamente, aqueles relacionados à política. Esse grupo de entrevistados critica e percebe os elementos de regionalidade ligados à corrupção em Uberlândia como associados à política. Esses elementos, a partir das falas dos entrevistados, podem demonstrar como a corrupção é por esses percebida.

Ao citar o paternalismo, o **patrimonialismo**, o **clientelismo**, **elitismo** e o **coronelismo** como traços culturais percebidos na gestão pública, os entrevistados expressam que a sua interpretação é construída a partir de elementos da formação regional, amparados em aspectos históricos e regionais que são semelhantes ao que foi discutido na revisão da literatura.

No entanto, é possível inferir que esses elementos construídos a partir de uma perspectiva histórica/cultural, são, na verdade, produzidos e reproduzidos como uma forma de manutenção de poder ligados aos traços culturais brasileiros presentes na região. Apesar de haver uma interpretação acerca do interesse individual dos políticos (governos, deputados, senadores, vereadores), os depoimentos que apresentam características regionais reforçam o posicionamento de que há uma classe historicamente beneficiada que detém o poder, mas não são enfáticos no que diz respeito a uma reação a essa situação.

Esta pesquisa apresenta contribuições para literatura e para intervenção prática. Primeiro, os resultados mostram que a corrupção pode estar associada aos traços de regionalidade, revelando como os gestores públicos interpretam o fenômeno da corrupção. Segundo, os resultados encontrados podem ser utilizados para a elaboração de políticas públicas com vistas ao combate à corrupção, bem como para profissionais da área de contabilidade e auditoria na compreensão desse fenômeno, ao se depararem com ele.

REFERÊNCIAS

- Alcadipani, R., & Crubellate, J. M. (2003). Cultura organizacional: generalizações improváveis e conceituações imprecisas. *Revista de Administração de Empresas*, 43(2), 64-77. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902003000200005>.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barr, A., & Serra, D. (2010). Corruption and culture: An Experimental Analysis. *Journal of Public Economics*, 94 (11–12), 862–869. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2010.07.006>.
- Barros, B. T., & Prates, M. A. S. (1996). *O Estilo brasileiro de administrar*. São Paulo: Atlas.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Borges de Freitas, A. (1997). *Traços para uma análise organizacional*. In: Prestes Motta, F. & Caldas, M. Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo : Atlas.
- Borini, F. M., & Grisi, F. C. (2009). A corrupção no ambiente de negócios: survey com as micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. *Revista de Gestão USP*, 44(2), 102-117.
- Brei, Z. A. (1996). Corrupção: dificuldade para definição e para um consenso. *Revista de Administração Pública*, 30(1), 64-77.
- Carvalho, J. M. de. (1997). Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, 40(2). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.
- Connelly, B S., & Ones, D. S. (2008). The Personality of Corruption a National-Level Analysis. *Cross-Cultural Research*, 42(4), 353-385. DOI: <https://doi.org/10.1177/1069397108321904>.
- Damatta, R. (1978). *Carnavais, Malandros e Heróis, para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Damatta, R. (1984). *O que faz o Brasil, Brasil?* : Rio de Janeiro: Rocco.
- Faoro, R. (2001). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo.

- Fisman, R., & Miguel, E. (2007). Corruption, norms, and legal enforcement: evidence from diplomatic parking tickets. *Journal of Political Economy*, 115(6), 1020–1048. DOI: <http://dx.doi.org/10.3386/w12312>.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Folha de São Paulo. (2015). *Entenda a Operação Zelotes da Polícia Federal*. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1611246-entenda-a-operacao-zelotes-da-policia-federal.shtml> >. Acesso em: 17 mai. 2017.
- Freyre, G. (2004). *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- Gil, A. C.; Oliva, E. de C., & Silva, E. C. da. (2007). *Desenvolvimento da Regionalidade: Novo Campo da Administração*. In: XXXI Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração, Rio de Janeiro: ANPAD.
- Heckenberger, M. J. (2002). *Rethinking the Arawakan Diaspora: Hierarchy, Regionality and the Amazonian Formative*. In: Mill, J. D., & Santos-Granero, F. (ED) *Comparative Arawakan Histories. Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia*. Illinois, USA: University of Illinois.
- Holanda, S. B. de. (2009). *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras.
- Hofstede, G. (1997). *Cultures and organizations*. New York: McGraw Hill.
- Husted, B. W. (1999). Wealth, Culture, and Corruption. *Journal of International Business Studies*, 30(2), 339-359. DOI: <https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8490073>.
- Melo, F. L. N. B.; Sampaio, L. M. B., & Oliveira, R. L. (2015). Corrupção Burocrática e Empreendedorismo: Uma Análise Empírica dos Estados Brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(3), 374-397. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20151611>.
- Mesquita, N; Moises, J. A., & Eldasi, G. (2015). O projeto corrupteca. uma ferramenta analítica para a análise do fenômeno da corrupção. *Media e Jornalismo*, 14(26), 65-76.
- Ministério Público Federal.(2017). *Caso Lava Jato: Entenda o Caso*. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso:17 mai. 2017.
- Paes de Paulo, A. P. (2006). *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV
- Ribeiro, D. (2006). *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pozenato, J. C. (2001). *Algumas considerações sobre região e regionalidade*. In: Feltes, H. P. M., & Zilles, U. (org). *Filosofia: Diálogos de Horizontes*, 583-593. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Rodrigues, R, P; Milfont, T, L; Ferreira, M, C; Porto, J, B, & Fischer, R. (2011). Brazilian jeitinho: Understanding and explaining an indigenous psychological constructo. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, 45(1), 27-36.
- Santos, R. A.; Guevara, A. J. H., & Amorim, M. C. S. (2013). Corrupção nas organizações privadas: análise da percepção moral segundo gênero, idade e grau de instrução. *Revista de Administração da USP*, 48(1), 53-66. DOI: <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1073>.
- Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Silveira, D. B. da. (2006). *Patrimonialismo e burocracia: uma análise sobre o poder judiciário na formação do estado brasileiro*. 301 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília.
- Taylor, P. J. (2004). Regionality in the world city network. *International Social Science Journal*, 56(181), 361–372. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.0020-8701.2004.00499.x>.
- Torsello, D, & Vernard, B. (2015). The Anthropology of Corruption. *Journal of Management Inquiry*, 25(1), 1-21. DOI: <https://doi.org/10.1177/1056492615579081>.

Como citar este artigo

Medeiros, C. R. de O. & Freitas Júnior, L. R. de. (2019). Padrões Discursivos sobre corrupção. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13:e152220. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.152220>